

Aprovada na 946ª sessão

ALADI/CR/Ata 944
28 de setembro de 2006.
Hora: 10h20m a 13h05m

ATA DA 944ª SESSÃO, ORDINÁRIA, DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração da ata correspondente à 943a. sessão.
 4. Convênio de cooperação com o BID (ALADI/SEC/di 2015).
 5. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:
 - Cooperação e Assistência Técnica Institucionais.
 - Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações.
 - Normas e Disciplinas.
 - Acompanhamento do Programa de Apoio aos PMDERs (postergado).
 - Participação das Forças Produtivas no processo de integração.
 6. Assuntos diversos.
 - O Secretário-Geral informa sobre a visita de Benita Ferrero Walner, Comissária de Relações Exteriores e de Política Européia de Vizinhança.
 - A Representação da Argentina solicita tratar o tema do cronograma de reuniões importantes pendentes.
-

Preside:

PERLA CARVALHO SOTO

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Roxana Cecilia Sánchez e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez e María Teresa Menacho Ríos (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Hadil Fontes da Rocha Vianna, Liliam Beatriz Chagas de Moura e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil), Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Vladimir Jarrín (Equador), Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi, Víctor Verdún Bitar e María Inés Benítez Riera (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Jorge Luis Jure e Enrique Ribeiro Crestino (Uruguai), María Lourdes Urbaneja, Luisa López Moreno e Ramón José París García (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet, Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTA. Bom dia. Iniciaremos a Sessão 944 do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Como primeiro ponto da Ordem do Dia submeto à sua consideração a agenda da reunião. Há algum comentário sobre o tema?

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Como Coordenadores do Grupo de Trabalho de Apoio aos PMDER's solicitamos excluir da agenda de hoje o tema sobre o Acompanhamento de Programas de Apoio aos PMDER's, já que tivemos uma reunião nesta semana e há algumas coisas pendentes para revisar e recentemente elaboramos um relatório. Então, preferiríamos excluí-lo da agenda de hoje.

PRESIDENTA. Obrigada Representação da Venezuela.

Não havendo observações, excluimos o tema de Acompanhamento do Programa de Apoio aos PMDERs, para que sejam mais bem estudados os documentos emanados do Grupo de Trabalho.

Não havendo observações, aprova-se a Ordem do Dia.

2. Assuntos em pauta

...Passaria ao ponto de assuntos em pauta, para o que cedo a palavra à Secretária-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado Presidenta. Solicito à senhora Sofia Camacho apresentar os Assuntos em pauta.

SECRETÁRIA (Sofia Camacho). Bom dia. Em Assuntos em pauta corresponde destacar o documento “Atividades do orçamento 2006 não cumpridas e a serem cumpridas no período setembro-dezembro”. Esse documento foi solicitado na passada sessão quando foi apresentado o documento ALADI/SEC/di 2014.

Esses são todos os pontos a serem destacados, Secretário-Geral.

“1. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 537 de 18/09/2006.

Comunica que o Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados foi incorporado ao ordenamento jurídico uruguaio.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2323.

2. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 117/06 de 19/09/2006.

Comunica a internalização ao ordenamento jurídico do Paraguai do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai - Paraná (Porto Cáceres. Porto de Nueva Palmira).

Foi documento ALADI/CR/di 2324.

3. Câmara Uruguaia de Membros da Associação Mundial para a Água. Nota de 22/09/2006.

Comunica ao Secretário-Geral que terá lugar em Montevideu a reunião de fundação da Associação Sul-Americana para a Água e o convida para participar da cerimônia de abertura no dia 27 de outubro de 2006.

4. Relatório comparativo e de avaliação sobre os Novos Temas, elementos para disciplinas comuns (ALADI/SEC/dt 464.3/Add. 2).

5. Atividades do orçamento 2006 não cumpridas e a serem cumpridas no período setembro-dezembro (ALADI/SEC/di 2018).

6. Estado de situação dos projetos e atividades em favor dos PMDERs no âmbito do Sistema de Apoio (Doc. Inf. 779).

7. Calendário de reuniões previstas no período outubro-dezembro de 2006 (Doc. Inf. 780).”

PRESIDENTA. Muito obrigada à Secretária.

3. Consideração da ata correspondente à 943a. sessão

...Passaria ao ponto 3 que é a consideração da ata correspondente à sessão 943ª. Não havendo observações, daria por aprovada a ata correspondente.

4. Convênio de cooperação com o BID (ALADI/SEC/di 2015)

...Passamos agora ao tema 4, que é o Convênio de cooperação com o BID. Aqui, como os senhores sabem, puderam ter com antecipação o documento ALADI/SEC/di 2015, que a Secretaria nos entregou.

Este tema foi tratado na sessão de 30 de março. Nessa ocasião, a Secretaria-Geral tinha proposto uma lista de temas que seriam desenvolvidos mediante consultorias, por especialistas dos países-membros, a título pessoal, com o objetivo de trabalhar sobre o Espaço de Livre Comércio.

A esse respeito, o Comitê, nesse momento, acordou que fosse assinado o convênio, mas que os temas fossem definidos pelo Comitê depois da reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração.

Quanto aos temas propostos pelo Secretário-Geral, os países-membros e alguns explicitamente consideraram que tinha temas de natureza política que deveriam ser analisados mais profundamente.

Antes de outros comentários, cedo a palavra à Secretaria-Geral para comentários sobre o documento distribuído.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado Presidenta.

A Secretaria Geral forneceu às Representações, ao Comitê, informação sobre a cooperação com o BID mediante o documento ALADI/SEC/di 2015, que já foi distribuído, como mencionava a Presidenta.

Sem prejuízo dessa informação, a Secretaria deseja fazer uma apresentação especificamente referida à cooperação técnica regional pendente, relacionada com a contratação de especialistas para apoiar o processo de conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio.

Esta cooperação foi o resultado de reuniões e tratativas com autoridades do Banco, na sua sede em Washington e com a Representação do próprio Banco no Uruguai e com técnicos do Departamento de Integração do Banco, gestões iniciadas após a eleição do presente Secretário-Geral, com o propósito de que o BID alcance a cooperação em apoio ao processo de conformação progressiva do ELC. Nesse sentido, em ocasião do contato com as autoridades do Banco destacou-se o significado das Resoluções 59, 60 e 61 (XIII), do que estas implicavam para o programa de trabalho da Secretaria e da ALADI em seu conjunto, e em particular salientou-se a importância da criação progressiva do Espaço de Livre Comércio.

Nessa ordem de idéias, em 7 de junho de 2005, a ALADI recebeu a visita de uma missão do Banco, encabeçada por Robert Devlin e integrada por Antoni Estevedeordal e Rafael Cornejo, todos funcionários da Instituição.

Em todas essas instâncias, tanto as de contato pessoal em Washington como as que aqui tiveram lugar, existiu um acordo com as autoridades do BID, no sentido de que as

Resoluções adotadas pelo XIII Conselho de Ministros de outubro de 2004 constituíam um acontecimento fundamental no desenvolvimento do processo de integração regional na ALADI. Desses mandados foi destacado especialmente o papel da ALADI como foro de reflexão e consulta para os países-membros, o que, entre outros aspectos relevantes, foi interpretado como um relançamento institucional da Associação para a consecução dos objetivos previstos no Tratado de Montevideu 1980.

Para a preparação da solicitação correspondente de cooperação, a Secretaria-Geral partiu de uma base constituída pelos documentos apresentados sobre o Espaço de Livre Comércio, em particular os documentos ALADI/SEC/dt 465, de 24 de outubro de 2005, referidos ao “Âmbito de Negociação para o Espaço de Livre Comércio” e ALADI/SEC/dt 465.1/Rev. 1 e dt 465.2. Todos esses documentos foram considerados pelo Comitê de Representantes com caráter prévio à Convocação da Reunião de Altos Funcionários em Políticas de Integração, que teve lugar nos primeiros dias do passado mês de maio, e serviram de base para esta reunião.

A partir desses elementos, a Secretaria-Geral considerou conveniente contar com a assistência e assessoramento de especialistas regionais do mais alto nível que, atuando a título pessoal, puderam dar apoio adicional durante o processo relacionado com o ELC mediante visões independentes, reitero, que naturalmente não teriam efeito vinculador para a Secretaria nem para os órgãos políticos da Associação, como resulta das características deste tipo de cooperações técnicas.

Acompanhando o cronograma de trabalho fixado pelo Comitê de Representantes, a Secretaria tem desenhado o programa de atividades desta cooperação para que resulte consistente, harmônico, com os conteúdos e tempos estabelecidos, tanto os que foram dispostos na Convocação da Reunião de Altos Funcionários, bem como os do próprio Programa de Atividades do ano 2006, conforme a Resolução 306 do Comitê de Representantes.

O objetivo central dessa cooperação técnica é apoiar o desenvolvimento e a consolidação do Espaço de Livre Comércio dos países-membros da ALADI. Os estudos a serem elaborados terão o propósito de contribuir com elementos para a implementação do processo de convergência, o que inclui a harmonização e incorporação de normas e disciplinas necessárias para o livre comércio.

As linhas orientadoras dos termos de referência -tema no qual o Comitê colocou especial atenção para os trabalhos dos Consultores- surgem dos documentos da ALADI anteriormente relacionados, os quais abrangem, entre outros, os temas referentes à identificação das modalidades, etapas e instrumentos necessários para a conformação progressiva do ELC, a análise dos instrumentos e mecanismos do Tratado de Montevideu 1980 e a projeção do ELC, a participação das forças produtivas na construção do ELC, com particular abordagem do comércio dos pontos de vista empresarial, trabalhista e seus respectivos impactos, a abordagem das diferentes assimetrias existentes entre os países-membros e o papel dos órgãos da Associação no processo de negociação, acompanhamento e avaliação do ELC.

Neste último caso, como não podia ser de outra forma, pela natureza do tema, a Secretaria-Geral, bem como os corpos políticos, encarregar-se-ão, serão os responsáveis pela análise da aplicação do Tratado de Montevideu, da observância de suas normas e das Resoluções do XIII Conselho de Ministros e, portanto, esse tema não é matéria, não fará parte do trabalho dos Consultores. Sobre este ponto quero ser muito enfático e muito claro para evitar dúvidas ou hesitações.

Como estabelecido pela Secretaria-Geral na sessão do Comitê de Representantes de 30 de março de 2006, na Ata 930, à qual referiu-se em suas palavras introdutórias a Presidenta, a ênfase no direcionamento, na orientação desta cooperação, será colocada em trabalhos de apoio ao Espaço de Livre Comércio, assim foi manifestado nessa ata, recolhendo também a preocupação dos Representantes quanto a abreviar os prazos da cooperação, para que mantenham uma razoável harmonia com o desenvolvimento dos tempos destinados à criação do Espaço de Livre Comércio.

Com relação aos termos de referência dos Consultores, e volto sobre este tema sensível, aqui farão parte deles as recomendações da Reunião de Altos Funcionários em Políticas de Integração dos países-membros, relatório de 5 de maio de 2006, bem como as resultantes das deliberações do Comitê de Representantes referidas ao tema.

Mas no aspecto processual, Presidenta, Embaixadores e Delegados, é fundamental destacar: a Secretaria-Geral está convocando uma reunião com os Consultores, dias 5 e 6 de outubro próximo, para uma instância de intercâmbio entre eles e o Comitê de Representantes, na forma que o Comitê de Representantes decida fazê-lo, de forma colegiada ou individual de seus membros, com participação dos Coordenadores de seus Grupos de Trabalho e na maneira considerada pertinente, para que com a participação também da Secretaria, possa dialogar com os especialistas para identificar com a devida precisão e com os devidos detalhes, os alcances e conteúdos desses estudos, de forma que se corresponda esta instância com esse propósito de que os estudos refletem o interesse do corpo político.

Finalmente, e concluo, Presidenta, agradeço-lhe a palavra no começo da abertura da consideração do tema, está previsto que os relatórios dos respectivos Consultores possam estar prontos em um prazo máximo de 120 dias a partir da realização desta programada reunião de Montevideu, nos dias 5 e 6 de outubro, de forma compatível com os prazos e tempos fixados para a cooperação na forma que o Comitê já alentou que se faça em tempo e forma.

Agradeço a possibilidade de fazer esta apresentação que é o que, de alguma maneira, pode contribuir para referendar e em outros casos esclarecer pontos assinalados no documento 2015 ao qual se fez referência. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Secretário-Geral. Aqui vejo, com respeito a este documento, e para iniciar nossa discussão no Comitê, que temos vários assuntos.

Um assunto é a temática sobre a qual trabalhariam os especialistas. Como tinha se referido inicialmente na mencionada reunião de 30 de março, o Comitê tinha solicitado duas coisas: primeiro, termos de referência sobre os possíveis temas, e defini-los depois da Reunião de Altos Funcionários para ter uma indicação mais clara sobre a temática na que íamos trabalhar.

Lembrei em algumas das reuniões que tivemos os estudos recomendados pela Reunião de Altos Funcionários. Recomendou aplicar-se nas possíveis alternativas de acesso a mercados, em origem, sobre as possibilidades e características da ampliação da acumulação de origem e em cooperação e facilitação aduaneira, fazendo uma análise pormenorizada dos procedimentos aduaneiros, com o objetivo de facilitar esta cooperação.

Temos estes dois assuntos, primeiro, a temática. A temática do documento 2015 é semelhante à apresentada anteriormente. Temos os temas que nos pedem os Altos Funcionários e requeremos termos de referência e, se possível, como foi mencionado aqui

por outras Delegações, montantes, prazos, etc, que é o que se requer para a elaboração dos nossos projetos.

Tendo dito isto, ofereço a palavra para que iniciemos nossas discussões.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado, Presidenta. Brevemente gostaria de agradecer as explicações dadas pelo Secretário-Geral sobre este aspecto tão importante da cooperação com o BID.

Para minha Representação, que efetivamente algumas dúvidas podia ter com relação ao documento 2015, gostaria de assinalar claramente estas dúvidas ficaram esclarecidas. Agradeço muito o relatório, Secretário-Geral, e saliento o apoio da Representação do Peru às reuniões de 5 e 6 de outubro. Considero que é um enfoque muito apropriado que pode ser muito benéfico para todos e cada um de nós. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixador. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Presidenta. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Secretário-Geral os esclarecimentos do Comitê sobre este tema da cooperação com o BID.

Como a senhora mencionou, em diferentes reuniões do Comitê tratamos o tema não apenas do ponto de vista dos prazos, cronogramas, etc, mas também dos temas.

O Secretário-Geral esclareceu em alguma oportunidade que o importante era que tivéssemos uma definição no âmbito do Comitê sobre nossa intenção, nosso desejo de assinar um programa de cooperação com o BID, para aproveitar a oportunidade de disponibilidade de recursos para esta cooperação, que se esgotaria em um prazo muito curto.

Com base nisso, tomamos a decisão de autorizar a contratação com o BID deste programa que incluiria estudos, no entendimento de que sempre poderíamos apurar a questão dos temas sobre o qual ainda não havia um acordo prévio.

Analizamos o programa e vemos que estão aí, em termos gerais, os temas que tínhamos considerado no Comitê, na primeira vez que tratamos este documento.

O Secretário-Geral agora nos abre a possibilidade nesta reunião com os especialistas selecionados, que será realizada nos dias 5 e 6, no entendimento de apurar a questão dos estudos de maneira que vão realmente na direção de atender o que pensamos que pode ajudar a avançar na conformação do Espaço de Livre Comércio.

Analisei o estado de temas que estão no programa assinado com o BID e algumas das propostas aqui apresentadas no Comitê. Está, como foi mencionado, a proposta apresentada pelo México, que propunha três temas basicamente. O primeiro: possíveis alternativas para a aplicação de um programa de convergência no ELC. O segundo seria possibilidades de características da aplicação da acumulação de origem e, o terceiro, análise pormenorizada de procedimentos aduaneiros com o objetivo de intensificar a cooperação aduaneira. Temas derivados da Reunião de Altos Funcionários.

Creemos que o segundo tema, possibilidades de características de aplicação de acumulação de origem, já está previsto no outro programa de cooperação com o BID. Se não estiver errado, creio que desse tema se está encarregando o outro programa de

cooperação, mas está a primeira sugestão: alternativas para aplicação do programa de convergência, e a última: análise dos procedimentos aduaneiros, que sim deveriam ser considerados neste programa.

Pensamos que se discutimos com os especialistas selecionados o tema a) definição do ELC, sua inserção no processo para estabelecer o mercado comum latino-americano, entre outros aspectos, a identificação de áreas temáticas e o tema b) análise dos instrumentos de mecanismos do Tratado de Montevideu e sua utilidade para a criação do ELC, esses dois temas propostos pelo México poderiam ser especificamente incluídos como um pedido de estudo aos Consultores.

Em abril deste ano foi apresentada a proposta do Conselho Assessor Trabalhista que era uma avaliação do impacto dos acordos de livre comércio sobre o tema de emprego nos países-membros da ALADI. Essa é uma proposta que foi formulada, expressamente apoiada pela minha Delegação e creio que algumas outras, e consideramos que também poderia estar abrangida pelo ponto c) do programa assinado com o BID, onde consta: análise do ELC do ponto de vista das forças produtivas, incluindo empresários, trabalhadores e outros agentes envolvidos.

Creio que com essas precisões, na reunião que se realizará nos dias 5 e 6 com os Consultores, poderíamos orientar de maneira mais específica esta cooperação do BID para satisfazer as dúvidas e interesses de todas as Representações. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador.

Gostaria de esclarecer que os temas aos que fiz referência não são uma proposta do México, mas o assinalei como o resultado dos Responsáveis de Alto Nível. Apoiamos dedicar-nos ao que dizem os nossos Responsáveis de Integração.

Quanto à temática proposta para que trabalhem os Responsáveis, igualmente não creio que, creio ter escutado, mas talvez estou errado, que o México tinha proposto o tema da identificação das modalidades, etapas e instrumentos para a conformação, o Representante Alterno pode corrigir-me, mas creio que não é uma proposta do México, definitivamente não.

Cedo a palavra ao seguinte orador. Apresentei dois pontos para que possamos resumir sobre estes pontos: sobre a temática e sobre os termos de referência.

Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer que foi incluído este tema na agenda de discussões do Comitê, que é um tema que a Representação Argentina vem solicitando há muito tempo e francamente não entendemos por que não estava na agenda, entre outras coisas porque se seguimos o regulamento para a determinação de temas, assinala-se que o fato de que uma Representação peça um tema é motivo suficiente para que esteja em agenda. Digo isto para que corrijamos no futuro este tipo de omissões, Presidenta. Quando uma Representação solicita um tema, o mesmo deve estar incluído na agenda.

Em segundo lugar, agradeço ao Secretário-Geral os esclarecimentos e as precisões formuladas porque a realidade é que no documento mantinha-se alguns temas que tinham sido decididamente objetados por várias Representações e, no caso particular, também pela Representação da Argentina.

Em terceiro lugar, fico contente com a instância de diálogo em 5 e 6 de outubro próximo porque a realidade é que indicamos que devemos fazer os esforços necessários para que a cooperação técnica que recebe a ALADI seja eficiente.

Sabemos que muitas vezes a cooperação técnica limita as possibilidades, mas também sabemos que se não lutarmos pelos temas de interesse, nunca estarão na agenda.

Finalmente, sobre a parte temática, reitero o que dissemos e consta em atas sobre alguns temas, como por exemplo, não consideramos adequado que especialistas nos assessorem sobre qual deve ser o papel da ALADI no processo de integração, que era um dos temas que estava incorporado.

Para ser breve, Presidenta, apoiamos o afirmado pela Delegação do Brasil quanto a temas e solicitamos especificamente que seja incluído um tema que já tínhamos solicitado no Comitê e tínhamos apoiado, que é a solicitação do Conselho Assessor Trabalhista do impacto que têm os acordos de livre comércio da região nos aspectos trabalhistas.

Consideramos que nenhum país pode não estar interessado nesse tema. Quanto ao que conhecemos do tema, não há muitos elementos de estudo ou de informação que nos permitam trabalhar com maior seriedade e com maior transparência levando em conta as nossas sociedades, pelo que esse tema que parece simplesmente um a mais de análise não é, porque, por um lado, seria muito importante, e, por outro, a ALADI demonstraria seu verdadeiro sentido de abertura e por outro, estaríamos inovando.

Com essas breves precisões, Presidenta, agradeço e é tudo o que temos para dizer por enquanto. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador, não sei se outra Representação quer a palavra? Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi). Obrigado, Presidenta. Também quero aderir ao agradecimento de algumas Representações sobre a pertinência de incluir este tema na agenda.

Gostaria de fazer duas precisões, a primeira é que temos a sensação de que se inclui o tema perto das datas indicadas como de início, no sentido de que 5 e 6 de outubro, estamos aqui coincidindo na importância, de que os especialistas indicados se reúnam para iniciar os trabalhos.

Por outro lado, simplesmente precisar que do Grupo de Trabalho de Cooperação, este foi um tema sobre o qual as Representações manifestaram dúvidas, embora a discussão não se realizou nem se aprofundou porque esta Coordenação considerava que este tema está no âmbito do Comitê de Representantes como surge neste momento.

Com relação ao primeiro tema, por exemplo, se tivéssemos tido um pouco mais de tempo para discutir, hoje estamos aprovando e esta Representação está nesse sentido. Temos a percepção de que quando selecionamos os especialistas, gostaríamos, pelo menos esta Representação, de ter visto algum nome de algum consultor de um país PMDER. Isto por quê? Porque, embora seja um tema que não esteja escrito em nenhuma parte entendemos que, de alguma maneira, pode equilibrar as diferentes visões que possa haver no continente com relação aos processos.

Nós nos sentimos perfeitamente apoiados, com certeza que o renome das pessoas aqui assinaladas poderá ou deverá contemplar as visões, as preocupações dos PMDERs, isso não nos deixa nenhuma dúvida. Não obstante, reitero, tivéssemos gostado de ver algum nome dos nossos países na lista de especialistas que elaborarão este trabalho. Obrigado.

PRESIDENTA. Antes de ceder a palavra à Representação da Venezuela, o Secretário deseja fazer um breve esclarecimento.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidenta e obrigado à Representação da Venezuela. Considero importante o ponto apresentado pelo Representante do Paraguai.

Como considero que é um ponto importante, opinião da Secretaria que naturalmente pode ser compartilhada ou não pelos Representantes, creio que esse tema como ponto de análise deveria ser um dos temas a serem discutidos com os Consultores nas datas anunciadas, como um assinalamento de inclusão desse ponto, isto é, a consideração em particular do tema dos PMDERs. Queria assinalá-lo para que também seja revalorizada esta instância à qual fizemos referência.

O tema assimetrias será considerado especialmente dentro da temática das Consultorias.

PRESIDENTA. Obrigada, Secretário. Tem a palavra a Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Em primeiro lugar, cumprimentar este intercâmbio, esta discussão sobre um tema que creio que em muitas oportunidades consideramos muito importante, fundamental e a necessidade de que sobre ele haja uma discussão transparente já que dessa forma, será muito mais produtiva.

Refiro-me ao tema da cooperação, a utilização dos recursos da cooperação, a identificação das prioridades e daqueles processos e projetos necessários para fortalecer o nosso trabalho.

Considero ter esta discussão clara, transparente e profunda sobre para o que é a cooperação, qual o objetivo da cooperação, para o que contribuirá a cooperação no conjunto de necessidades de trabalho que temos e o que apoiará. Se isto for feito dessa forma, certamente o impacto dessa cooperação será maior.

Digo isto porque na maioria dos nossos Grupos de Trabalho uma das necessidades, eu diria dos sentimentos que rondam é isso, o tema dos recursos e então diante da possibilidade de recursos adicionais para cooperação de organismos, neste caso o BID, poderia ser outro, seria bom que essas necessidades evidenciadas nos Grupos de Trabalho que estamos convencidos que atualmente são um centro fundamental do trabalho da nossa Associação, os Grupos de Trabalho e as necessidades determinadas pelos Grupos de Trabalho.

Portanto, esse seria um primeiro ponto que colocaríamos aqui nesta discussão para que isto que estamos fazendo hoje possamos repeti-lo e fazê-lo como uma cultura no momento de identificar ou ter possibilidades de identificar recursos para a cooperação, no sentido de que possamos fazer essa definição de aonde vai, para que contribuirá e o que apoiará.

No caso do que estamos discutindo, agradecemos ao Secretário-Geral pelo que agregou ao documento, uma parte da cooperação já os recursos foram designados, é o montante dos 75 mil dólares, dos quais há um remanescente de cerca de 26 mil dólares que serão provavelmente redistribuídos que é algo pendente nesse mesmo grupo o tema da acumulação de origem, porque faz parte dos termos de referência dos primeiros estudos, isto é, já é uma cooperação que está funcionando.

Com relação à segunda, considero que foi importante que tenham sido levadas em conta as prioridades colocadas pelos Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração e compartilho as observações da Delegação do Brasil e da Argentina com relação a alguns temas, que considero que não se esgotam aí.

Creio que o tema das forças produtivas, para pensar as possibilidades do Espaço de Livre Comércio é um tema central, neste momento estamos assinalando que consideramos essencial, do ponto de vista do impacto social, que são os trabalhadores, a força do trabalho, o trabalho, o impacto disto com relação ao TLCs como assinalado pelo Conselho Assessor Trabalhista, quanto ao impacto dos TLCs nas forças trabalhistas consideramos muito interessante agregá-lo e o compartilhamos, mas assim como está este tema, está o setor empresarial que é importante, como se coloca, quais os setores que se favorecem, quais se desfavorecem e o que fazer para evitar esses desequilíbrios e desconcertos de algumas vezes. Isso que vivemos todos os dias, os que estamos sempre tentando avançar na construção de Espaços comunitários. Creio que esse tema é fundamental das forças produtivas.

Também seria positiva a proposta de reunião apresentada pelo Secretário-Geral com os Consultores, tomara que seja uma reunião para aprofundar e se temos que mudar algum rumo que o possamos mudar. Esse deve ser o sentido da reunião, contribuir e fortalecer esses -digamos- termos de referência ou os conteúdos ou as expectativas com relação a esses estudos. Considero muito importante que o trabalho dos Consultores deva responder aos compromissos que temos na nossa Associação para o objetivo fundamental do nosso trabalho.

Depois compartilharei a reflexão do Paraguai, creio que a seleção dos Consultores deveria considerar algumas questões importantes. Ele se referia à participação de Consultores a partir de experiências de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo e eu agregaria a isso que esse tema poderia ser incluído também, além de Consultores de temas. São duas coisas, por um lado Consultores ou especialistas com conhecimentos no tema dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo que significaria como uma olhada sobre esse tema, é um dos temas que nos obriga quando pensamos no Espaço de Livre Comércio, como inserem-se nessa realidade comunitária as assimetrias que há nos nossos países e entre países, que nos preocupa, nos ocupa e nos obriga permanentemente. Então eu diria por um lado o tema dos Consultores e por outro lado os temas, consideramos que é fundamental.

Depois, ao compartilhar a convocação dessa reunião seria bom coordenar a agenda para que seja o mais produtiva possível, entre os Consultores e nós, não sei se o Comitê de Representantes, se são os Coordenadores dos Grupos de Trabalho, não sei, um pouco compartilhar e trocar idéias sobre a agenda, para que nos permita ter uma reunião que não seja apenas escutar, mas que ponhamos um formato que tenha claro o objetivo, não para que não seja uma conversação sem objetivo. Isto é, que coordenemos a agenda com os Consultores para saber o que discutiremos e quem participará.

Essas eram as reflexões depois de escutar este relatório de hoje, esta informação da Secretaria-Geral, mas considero que a Secretaria como nós devemos manter um fluxo permanente, como um ponto de informação sobre este tema tão bom, tão necessário e tão importante como a cooperação a fim de contribuirmos e a voz dos Grupos de Trabalho que é muito importante para ajudar pelo menos para propor os temas de agenda para a busca de recursos que é uma tarefa que temos na nossa Associação. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixadora. Tem a palavra a Representação da Argentina e depois a Representação do México.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Eu não pensava tratar algo que nos causa preocupação mas consideramos que é de difícil solução, o tema da seleção dos Consultores.

Mas a proposta do Paraguai habilita, de alguma maneira, que falemos sobre este tema. Para que não haja confusões, dúvidas, etc, que a Representação Argentina reconhece que o Artigo 38 faculta exclusivamente o Secretário para o manejo destas coisas.

Não obstante, bem como assinalou o Paraguai que tivesse sido bom ter uma representação do pensamento dos PMDER's, creio que também nestas coisas é importante o equilíbrio do ponto de vista do sistema de idéias, já enunciamos isto em algum momento.

Na região estão acontecendo muitas coisas e não há uma visão única de como produzir esses resultados. Em conseqüência, digo que seria mau excluir qualquer linha de pensamento porque supõe-se que nós, como organização mãe dos processos de integração, o ideal seria que fizéssemos um debate com todas as linhas de pensamento, com todas as contribuições necessárias para que sejamos enriquecidos com essa informação e então tirar conclusões, porque, do contrário, é como esses seminários onde todos os conferencistas respondem exclusivamente uma só linha de pensamento que é ao que estamos geralmente acostumados. Isso não é bom para o trabalho, não é bom para a confrontação de idéias, não é bom para os resultados da Representação, insisto nisto para que fique claro.

No futuro deveríamos ver de que forma podemos fazer um trabalho conjunto com a Secretaria-Geral, com esta e sucessivas Secretarias-Gerais, não estou falando de modificar o Tratado de Montevideu 1980, mas sim de modificar uma forma de trabalho, porque o ideal seria ter uma visão muito mais ampla desses temas.

Antes de encerrar, aproveitando a proposta do Paraguai, no plano que ainda não está aprovado, que está em debate, elaborado pelo Grupo PMDER com referência aos PMDERs e que em algum momento chegará a este Comitê, há um ponto vinculado com a cooperação financeira falando de recursos provenientes de doações de diversas entidades prévia autorização dos países-membros, e assinala estes novos recursos financeiros deveriam visar o desenho do fundo estrutural para a redução de assimetrias na região.

Eu gostaria de incluir este tema de análise entre os Consultores. Temos um grande debate, neste momento, no mundo e na região sobre as características dos processos de livre comércio, sobre as características dos processos de integração, etc, e também temos plena consciência de que a região desafortunadamente não tem a potencialidade que tinha a Europa em 50, nem o Plano Marshall, nem a Alemanha e a França que possam agir como locomotivas, dentre outras cosas, mas o que fica claro é que é muito difícil que possamos, isto é como ter uma muito boa casa em um mal bairro, então se não avançamos

todos, de forma mais ou menos conjunta, não vejo a possibilidade francamente de que nenhum dos nossos países possa se desenvolver com plenitude no meio de uma região desnivelada, empobrecida, de forma que incorporar a possibilidade das análises sobre uma espécie de construção de fundos estruturais, com contribuições extra-regionais em função dos PMDERs, ao meu ver seria uma idéia que poderia ser interessante. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador. O tema da abordagem das diferentes assimetrias está proposto para que os especialistas precisamente se encarreguem dele. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidenta. Vemos que na reunião de 5 e 6 de outubro serão ajustados e definidos os temas e na linha dos comentários da Representação da Venezuela. Considero que para essa reunião deveríamos ter uma agenda muito clara para saber quais os temas que estão sendo propostos aqui, alguns deles já têm termos de referência.

Portanto, a solicitação desta Representação para essa reunião seria ter uma agenda que incluía os termos de referência para todos os temas, porque nos ajudarão muito e para a determinação clara dos temas que finalmente o Comitê aprovará. Muito obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação do México. Tem a palavra a Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidenta. Quero tomar um tempo para apresentar e compartilhar com os senhores a posição da Colômbia com relação ao tema de cooperação.

Adiro às anteriores manifestações de reconhecimento, de importância do tema, o instrumento de cooperação no processo de trabalho da ALADI. Normalmente as Organizações têm problemas por não terem cooperação, por não terem dinheiro, neste caso é tudo o contrário, o problema é por ter dinheiro e por ter cooperação. Quero também salientar que em cada um dos temas que tratamos aqui vemos que chegamos à mesma proposta. Precisamos estabelecer metodologias de trabalho, realmente a discussão não está na importância ou não da cooperação, da seleção de Consultores, da definição de temas, de estabelecer procedimentos, vejo que todos temos razão no que estamos expressando e queremos deixar claras as metodologias.

Creio que quando aqui se assinala a transparência ninguém duvida do outro, o que todos querem é ver de sua própria perspectiva o que querem ver. Então, creio que isto se consegue de uma forma muito fácil e muito clara estabelecendo metodologias para cada um dos aspectos que analisamos, geralmente todos queremos estar representados e em igualdade de oportunidades na participação dos nossos países e das nossas Representações em todos os aspectos que vão cobrando vida neste Comitê.

Então, gostaria de aderir ao agradecimento de todas as Delegações, à apresentação da informação do tema do Secretário-Geral, quero apoiar a reunião e a realização deste encontro com os Consultores em 5 e 6 de outubro.

Quero aderir ao que nos convida cada uma das apresentações destes aspectos, a que trabalheemos e a que preparemos as agendas na medida em que sejam do nosso interesse. Aqui, apesar de que foi lembrado pela Representação a Secretaria-Geral tem algumas

prerrogativas, isto não exclui que o Comitê de Representantes faça as contribuições necessárias, porque considero que devemos ser capazes de estabelecer uma relação cada vez mais fluída onde nossos objetivos confluem e concordem.

A Colômbia realmente se congratula com que apresentemos ao Comitê de Representantes todas as nossas preocupações e simplesmente reitera a necessidade de que estabeleçamos critérios sobre as metodologias de trabalho que queiramos aplicar a cada uma das situações que analisamos aqui. Muito obrigada.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixadora. Creio que a Embaixadora tratou o ponto fundamental para vários dos nossos trabalhos: as metodologias.

Creio que sim, principalmente no tema de cooperação, espero que vejamos isso um pouco mais em profundidade quando o nosso Coordenador do Grupo de Cooperação elabore um relatório sobre a última reunião que parece que foi muito substantiva e está relacionada, de alguma maneira, a esta idéia de que faltam algumas metodologias de trabalho.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado, Embaixadora. Em primeiro lugar, queremos agradecer a intervenção da Secretaria sobre o tema da cooperação, muito particularmente o esclarecimento de que o papel da ALADI não será um tema do alcance do trabalho dos Consultores.

Em uma reunião do Grupo de Trabalho estivemos indicando isso em particular, o principal foro de reflexão da ALADI é este Comitê e são seus Grupos de Trabalho e suas diferentes instâncias, creio que somos nós mesmos que devemos analisar nosso próprio papel e modificá-lo e melhorá-lo, mas esse não é o tema agora.

Consideramos correto que nestes estudos que serão elaborados pelos Consultores seja tomado como um dos temas importantes o tema sugerido pelo Conselho Assessor Trabalhista com relação ao estudo do impacto dos tratados de livre comércio e muito importante também o assinalado pela Representação da Argentina, já destacado pela Representação do Paraguai, sobre a necessidade de que também pudesse ser incluído o tema das assimetrias nestes estudos, porque é essencial no processo de integração da região.

Também o Paraguai mencionou o assunto da seleção e problemas de eventual omissão ou não. Isso é um tema bastante complexo, mas creio que a Argentina deu uma explicação que era a que eu estava procurando desde que recentemente me incorporei e vi este documento, não porque tenhamos feito uma análise dos Consultores, mas porque vimos talvez o mesmo que viu a Representação da Argentina em matéria de integração inevitavelmente há muitas idéias ou escolas ou linhas de pensamento que avançaram durante os últimos 15 anos, mas há outros pensamentos também. Parece que ninguém tem a verdade sobre isto e creio que ninguém encontrou a verdade e há muitas verdades ao nosso redor que, de alguma maneira, convergirão em algum ponto.

Agradecemos também saber que em 5 e 6 de outubro teremos a oportunidade de um contato com os Consultores, na verdade, o ponto de convergência creio que aconteceria depois de que estejam esses estudos e onde além das idéias e dos enfoques e do que possamos fazer previamente, a discussão posterior desses trabalhos será em realidade o que permitirá avançar em diferentes linhas de pensamento e, em realidade, o que as

Representações pensam sobre esses temas e sobre o processo, em função dos mandados da Décima Terceira Reunião do Conselho.

Novamente reitero nosso agradecimento ao Secretário-Geral, considero que este é um tema e não quero me adiantar ao que será o Coordenador do Grupo de Cooperação, mas muito bem tratado pela Embaixadora da Colômbia com relação às metodologias, neste Grupo e não quero me adiantar mas terei que dizer que fomos insistentes na necessidade de que a ALADI conte com uma política de cooperação para ter todas essas coisas que cada um de nós propôs de uma maneira organizada metodologicamente, para encaminharmos as coisas conforme as necessidades que temos como Organização. Creio que a Embaixadora da Colômbia o explicou, que pode ser uma caixa de Pandora mas é a realidade do que necessitamos aqui y de por que necessitamos uma política de cooperação, uma metodologia para organizá-lo. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada à Representação de Cuba. Tem a palavra o Embaixador do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Muito obrigado, Presidenta. Apenas um par de observações.

Em primeiro lugar, agradecer à Secretaria o relatório e os comentários sobre o mesmo, especialmente com relação ao documento 2015, gostaria de agradecer a meticulosidade com que foi expresso o estado em que se encontrava o anterior projeto de cooperação, bem como as perspectivas do seguinte, porque foi uma coisa que o Uruguai especificamente pediu em uma sessão anterior, então vem muito bem explicado muito bem desenvolvido.

Apenas queria referir-me a alguns dos pontos. Considero muito importante ver que aqui está começando a surgir a necessidade ou a preocupação dos países de que possamos acordar uma política de cooperação.

É muito freqüente que em primeira instância a cooperação surja em função das necessidades específicas e concretas que em cada momento sentimos. Sentimos a necessidade de que haja um apoio, para um trabalho, para uma orientação de trabalho e, portanto, consegue cooperação para isso, depois surge outra necessidade, outra prioridade, então se consegue cooperação para o outro, mas às vezes nessa profusão de cooperações obtidas, perde-se de vista a orientação, o objetivo final desejado.

Considero que é um momento muito oportuno para ter esta discussão, onde temos uma meta e um horizonte muito definido que tem a ver com o Espaço de Livre Comércio e sua consolidação. Portanto, tentar orientar toda a cooperação a essa meta que é um pouco o que estabelecemos como primeira prioridade e muito importante nos trabalhos destes anos, considero que é uma coisa absolutamente natural.

Gostaria, também, de lembrar a apresentação das diferentes escolas, as diferentes linhas de pensamento que neste momento gostaríamos de que estivessem presentes e que serão resgatadas nos trabalhos que forem feitos. Este é um momento de grande fertilidade e de discussão, de discussão teórica, de discussão prática, de discussão acadêmica, de discussão política, sobre o processo de integração e os caminhos que deveria ter. Isto é, estamos lendo todos os dias nos jornais, em resumos de trabalhos acadêmicos, em foros acadêmicos e em foros políticos, estamos vendo uma discussão muito grande, muito fértil, áspera às vezes, mas sempre muito construtiva sobre quais os melhores caminhos a seguir

nos processos de integração propostos e isso envolve diretamente o Espaço de Livre Comércio que propomos.

Então, que seja contemplada essa fertilidade. Considero realmente importante essa diversidade para todos nós e para o processo que levaremos adiante.

Gostaria de dar uma sugestão complementando outra dada pela Representação do México que manifestava que, em aqueles casos que estão os termos de referência e em aqueles casos nos que ainda não estão os termos de referência da temática, tivéssemos isso disponível para a reunião de 5 e 6.

Devido a que nesta reunião foram apresentados muitos temas, -isto é, vamos das alternativas de convergência, passamos pelas assimetrias, os procedimentos aduaneiros, os efeitos dos tratados de livre comércio, sobre os países, sobre o emprego, em fim, o que era proposto pela Argentina com relação ao Conselho de Assuntos Trabalhistas-, tenho a impressão de que maneamos muitos temas que provavelmente escape de todas as novas memórias e todas nossas notas, então, seria bom ter além dos termos de referência que solicitava o México, uma lista dos temas aqui apresentados para serem contemplados nesta cooperação, e na discussão, a conversação que teremos nos dias 5 e 6 com os Consultores que foram pré-selecionados para este trabalho. Muito obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada Embaixador. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidenta. Primeiro, quero agradecer o relatório do Secretário; consideramos que é uma contribuição para a discussão e levando em conta que 5 e 6 de outubro é a próxima semana, a nossa Representação gostaria de manifestar às demais Representações que vemos a necessidade de ter uma agenda, que está na linha do que assinalava o Uruguai, para que não se desordene a discussão de dois dias e tomara que essa agenda contasse com algum documento de base que nos oriente as discussões.

A Secretaria elaborou muitos documentos e creio que podem servir para essas tarefas, embora seja parcialmente, e gostaria de que víssemos esta reunião de 5 e 6 realmente como uma reunião de trabalho com o BID. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigada, Presidenta.

A reflexão foi além do que tínhamos proposto com essa informação e isso é importante porque no final estamos falando da necessidade de uma política de cooperação.

Isso é um ponto central do nosso trabalho e aí o Grupo de Trabalho de Cooperação deve estar recolhendo no disco duro parte desta conversa, porque creio que pode haver uma contribuição importante do Grupo de Cooperação para contribuir com a agenda dessa reunião e para identificar metodologias das que falava a Embaixadora Claudia Turbay.

Creio que não seria errado incluímos na nossa agenda essa discussão, que e para que é a cooperação, e buscando que impacto e os estudos nos que possam nos ajudar, creio que é fundamental.

Não quero referir-me a isso porque já o disse no começo, mas sim queria apoiar essa reflexão da Argentina sobre o que foi proposto pelo Paraguai, retomado por Cuba e que creio que todos compartilhamos, que por ser este um Espaço plural, vários sentimos essa necessidade.

Na medida em que possamos participar mais ativamente deste desenho da cooperação respeitando o mandado que o Secretário-Geral tem para conduzir este processo, creio que seria muito boa essa proposta de incorporar visões nesses estudos que refletem essas posições diante de um tema complexo e depois que seja decantado em função do que for mais adequado e o que neste Espaço possa ser aprovado por consenso com relação a esses estudos.

Creio que esse é um tema fundamental e contém o essencial em um espaço como este do Comitê de Representantes da nossa Associação no sentido da diversidade e da necessidade de ter diferentes contribuições que nos ajudem a aprovar por consenso as posições que possam viabilizar o caminho da construção do Espaço de Livre Comércio, razão pela que considero fundamental a discussão desta manhã porque incluímos pontos importantes e que fundamentalmente nos responsabilizam.

Aqui não estamos dando apenas uma tarefa ao Secretário-Geral, aqui estamos assumindo uma responsabilidade, visualizando um problema e propondo alternativas, estratégias e ações que possam fazer do manejo desse problema um caminho que todos e todas gostemos e que contribua fundamentalmente para o objetivo. Então, queria destacar isso da política de cooperação que nos permita dizer o que é cooperação, para que e como se executa e se implementa uma política de cooperação que nos leva aos métodos e às metodologias que a Embaixadora Claudia Turbay gosta e que possamos nessa reunião com os Consultores avançar na agenda dessa reunião é fundamental para que não se torne apenas uma conversação. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixadora. A Presidência não tinha comentado o tema da política de cooperação porque como temos o relatório do nosso Coordenador, este tema foi discutido na Mesa antes de vir a esta reunião e estamos guardando os comentários para o momento em que o nosso Coordenador, que é o Paraguai e que também faz parte da Mesa, elaborasse seu relatório.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado Presidenta, não quero prolongar um debate que creio que basicamente terminou.

Apenas gostaria de fazer um esclarecimento, eu, talvez por estar mais acostumado com o idioma de Camões que com o idioma de Cervantes, tenha me expressado errado ao referir-me a uma proposta que a Representante do México apresentou como Presidenta do Comitê.

Mas a minha intenção era apenas dizer que nós como Delegação estamos de acordo com o que a Presidência propôs, que dos três temas se encarregassem os Consultores que serão contratados. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador pelo seu esclarecimento. Tem a palavra o nosso Secretário para uma precisão.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado Presidenta. Apenas para reafirmar a absoluta convicção da Secretaria-Geral com relação à necessidade de contar com bases de uma política de cooperação.

Isto é, da mesma forma que deve haver um critério geral em matéria de recursos humanos, em matéria de programação de atividades, a ALADI deve contar com critérios orientadores para articular a cooperação, para que essa não seja apenas uma atividade conjuntural, como alguma Representação indicava, mas que responda a critérios, naturalmente levando em conta que a cooperação é por si mesma um fenômeno essencialmente dinâmico e que tem sem dúvidas por um lado o caráter de uma condição permanente, mas por outro lado tem também uma demanda conjuntural que evolui.

O ELC até outubro de 2004 não existia como idéia, consagrada formalmente em uma Resolução, portanto, a cooperação até esse momento poderia ter uma orientação diferente, a partir de isso tomou outra orientação, mas está clara a necessidade de ter -e tínhamos falado com a Presidenta na Mesa e na manhã de hoje inclusive também novamente- uma sessão do Comitê destinada ao tema de recursos humanos -política de recursos humanos- e outra sessão do Comitê destinada a bases para um procedimento de cooperação ou para um programa de cooperação ou princípios ou políticas de cooperação da ALADI e digo da ALADI, não digo da Secretaria-Geral, porque a Secretaria-Geral gere a cooperação, mas a cooperação como tal faz parte do quadro de interpretação política do sistema aladiano e não exclusivamente da Secretaria.

A Secretaria é gestora neste caso, pode ser também criadora da idéia, promotora mas deve levar em conta as orientações do corpo político, quero dizer isto, porque está instalado na preocupação da Secretaria e da Presidenta, e pensamos que antes de que conclua este ano teremos oportunidade de contar com alguns critérios orientadores em matéria de cooperação. Afortunadamente, esta reunião não se centrou em um aspecto pontual exclusivamente, mas também se orientou a considerações mais gerais e conceitos que são de caráter permanente. Obrigado por dar-me a oportunidade de esclarecer isto.

PRESIDENTA. Obrigada, Secretário-Geral. Tentarei resumir este ponto da reunião.

Primeiro, o Comitê está de acordo com que tenhamos uma reunião com os Consultores selecionados pelo Secretário-Geral, em 5 e 6 de outubro. Para esta reunião a Secretaria terá que apresentar-nos termos de referência sobre os possíveis temas e uma agenda comentada, onde sejam incluídas as referências aos documentos que tenham a ver com a temática.

Quanto à temática, parece que estamos de acordo em incorporar os três temas sugeridos na reunião de alto nível. Não estamos de acordo em incorporar temas que o Comitê deve definir, aqueles que têm caráter político. Várias Delegações estiveram de acordo em incorporar o tema de forças produtivas, o tema das assimetrias, e quanto à seleção dos Consultores, a Secretaria levará em consideração no futuro a participação de algum especialista de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo. Considero que é tudo, creio que a Secretaria teria que trabalhar muito rápido e dar-nos o mais tardar na segunda-feira, para ter um mínimo de 3 dias para discutir ou dialogar com os Consultores.

O ideal tivesse sido que os visse o Comitê antes, mas, devido à proximidade da data, esperaríamos da Secretaria uma agenda comentada, detalhada e os termos de referência para todos os temas mencionados que podemos abordar no âmbito do Comitê.

Se alguém quiser me corrigir ou ampliar alguns dos pontos. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Leonardo Carrión Eguiguren). Meu interesse não é corrigir nada, quero mencionar o tema assimetrias.

Não acredito que um tema aqui sugerido seja incorporado nas consultorias ou trabalhos que esta fazendo atualmente a Secretaria-Geral. O tema assimetrias conforme o Tratado de Montevideu 1980, assim a Resolução da última reunião do Conselho de Ministros, é um tema transversal, um tema que deve estar incorporado permanentemente em todos os aspectos do trabalho. Não deve ser lembrado cada vez que deve ser incorporado como um tema individual, pode ter sido determinado um trabalho individual específico para isso, mas no resto do trabalho, se for pertinente, quando for, tem que estar obrigatoriamente incorporado o fator assimetrias transversalmente. Então, não creio que seja um tema específico que deve ser incorporado, mas que deve estar sempre incorporado, não estar sempre lembrando que há uma obrigação de tratar algo que é parte do trabalho nosso.

Ou seja, aqui um dos trabalhos fundamentais do processo de integração é terminar com as assimetrias, não é possível ter uma integração regional com as assimetrias existentes no continente. É parte do resto, trabalhar para que elas diminuam e tenhamos um continente muito mais igualitário.

Então, se isso for parte obrigatória nossa, parte fundamental do nosso trabalho, deve ser simplesmente um elemento que deve estar sempre considerado e não estar incorporando-o especificamente cada vez. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador. Considero que o Embaixador da Argentina foi muito específico neste tema e pediu a palavra, creio que fará um comentário a esse respeito.

Tem a palavra o Embaixador.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. A minha intenção não é corrigir a Presidência nem o colega do Equador, mas gostaria simplesmente de assinalar que não sugeri o tratamento de assimetrias, mas a possibilidade de analisar a constituição de um fundo de convergência estrutural, que é bastante diferente, embora seja convergente, obviamente com o tema assimetria, mas que é um tema infinitamente mais específico que o conceito geral de assimetrias. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Sim, adicionalmente, como originalmente estava proposto pela Secretaria-Geral, constava: "abordagem das diferentes assimetrias existentes entre os países-membros". Esse era o tema original que podemos, à luz das discussões que tivemos, pensar onde focar no tema geral das assimetrias, o que é o mais útil abordar neste momento para continuar com o nosso processo de desenvolvimento do ELC.

Creio que terminamos com este tema, se ninguém tiver observações passaria ao ponto 5, que é o relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho.

5. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:

- Cooperação e Assistência Técnica Institucionais.

...Começarei com o Grupo de Trabalho de Cooperação e Assistência Técnica Institucional.

Neste Grupo estão sendo analisados os Acordos de Cooperação assinados e seus resultados, que têm várias dezenas de Acordos. Há poucos resultados desses Acordos. Então, o Grupo de Trabalho decidiu analisar precisamente essa situação, como já houve avanços de vários países, para ter uma melhor política de cooperação.

Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Embaixador, o senhor tinha pedido a palavra sobre o ponto anterior?

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Não, sobre o ponto 5, Presidenta, antes de dar a palavra ao Coordenador, por favor.

PRESIDENTA. Desculpe Coordenador.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Agradeço à Representação do Paraguai.

Presidenta, não estava previsto na Ordem do Dia de hoje que o Grupo de Trabalho que eu coordeno apresentasse um relatório, mas considerando que há um par de temas com muita urgência, simplesmente peço que no final desta lista eu seja incluído para falar sobre o Grupo de Trabalho de Forças Produtivas. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixador. Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi). Obrigado, Presidenta.

Tentarei ser breve e também que o relatório que tenho preparado para os senhores seja enriquecido com o debate que precedeu o tratamento deste tema.

Muitos dos assuntos recentemente comentados já foram tratados no Grupo de Trabalho sobre Cooperação, portanto, seguirei o esquema inicial, não sem prometer que a leitura da ata desta reunião será absolutamente analisada por este Coordenador, porque considero que terá insumos muito importantes para a tarefa fixada como meta para o que resta deste ano.

O Grupo de Trabalho reuniu-se, depois de um intervalo, em 18 e em 24 de setembro com o objetivo principal de cumprir a solicitação da Comissão de Orçamento por Programas, presidida pela Embaixadora da Colômbia, mediante o Comitê de Representantes, de apresentar neste mês o Programa de Atividades para o ano próximo.

Portanto, o objetivo principal das nossas duas reuniões esteve nesse tema, não obstante, houve uma discussão profunda e um rico debate com relação ao tema recentemente assinalado: a política de cooperação institucional da ALADI.

Quanto ao tema principal dos programas de trabalho para o ano 2007, o Grupo analisou os seguintes documentos informativos: di 1996, "Relatório sobre os programas de Cooperação", di 2017, "Os acordos de cooperação e seus resultados no período 2000 - 2006", as atividades de cooperação para o segundo semestre do presente ano e finalmente as contribuições para o programa de atividades para o ano 2007.

De alguns dos principais aspectos discutidos ou comentados desses documentos poderia adiantar o seguinte: constatamos que a correspondência de interesses dos países e entidades doadoras com as necessidades da ALADI nem sempre faz um *match*, nem sempre é coincidente e, portanto, isso exige uma reflexão permanente.

Algumas Representações propuseram a pertinência de elaborar um mapa, um projeto que cada país tem com as diversas instituições e países cooperantes para organizar a tarefa da cooperação institucional da ALADI.

Este Coordenador considera que este é um tema que pode ser problemático, mas creio que é o compromisso de trazer à mesa absolutamente todos os aspectos assinalados no Grupo de Trabalho.

Também analisar de forma sucinta os resultados das gestões de alguns projetos, como os bens públicos regionais, o qual foi informado, não foi levado em conta pela instituição cooperante, cremos que é importante analisar ou realizar uma segunda leitura, uma interpretação sobre as causas pelas quais, tendo possibilidades, esses projetos não foram considerados passíveis da cooperação das instituições e isto está basicamente em sintonia com o que dizia que talvez nem sempre as necessidades se correspondem com as vontades das instâncias cooperantes.

Analisamos o mencionado que os 205 Acordos de Cooperação assinados pela Associação, com um total de 190 entidades, nem todos progrediram ou deram seus frutos de forma conveniente.

A análise profunda desta matéria está ainda pendente ou foi feita, mas será feita uma análise mais contínua que será novamente encarada na próxima reunião do nosso Grupo.

Desse debate trazemos à mesa do Comitê o documento informal 781, revisado 2, que contém o Programa de Atividades para o último trimestre de 2006 e uma proposta de atividades para o ano 2007, elaborado com a Secretaria-Geral.

Desses dois aspectos, as atividades para 2006 e 2007, quero destacar os seguintes temas: para 2006 estabelecemos como meta apresentar nesta instância uma proposta sobre delineamentos do que se falava antes, proposta de delineamentos da política institucional da ALADI.

É importante -aqui quero fazer um parêntese- e tomar o que dizia o Secretário-Geral de que a visão no Grupo é elaborar uma política para a Associação, e não uma política da Secretaria, mas do conjunto da ALADI. Isto como principal aspecto a ser trabalhado no que resta deste ano. E outro dos aspectos para 2006 é basicamente o acompanhamento das atividades derivadas dos acordos assinados com diversos organismos e entidades.

Para 2007, propusemo-nos no Grupo de Trabalho a implementação da política de cooperação institucional, o qual poderia supor, entre outros aspectos, a identificação de projetos e as gestões para a obtenção de recursos externos, quando corresponder.

Ao mesmo tempo, quero destacar as gestões preliminares da Secretaria-Geral para que o curso de política comercial de três meses que está sendo realizado no âmbito do convênio com a OMC possa ser implementado no futuro na sede da Associação. Isto foi assinalado por algumas Representações, nenhuma se mostrou contrária, considero que é uma linha de trabalho interessante, portanto, foi analisada como pertinente esta gestão já realizada de maneira preliminar.

Existe, também, a proposta para desenhar um curso latino-americano de política comercial, também a ser realizado na sede da Associação, que estará sujeito à obtenção de financiamento externo. No Grupo de Trabalho consideramos que esta proposta pode contribuir para posicionar a Associação em seu novo papel, assinalado pela Resolução 60 (XIII) e consideramos que o acervo da Associação pode enriquecer muito as experiências nos países, portanto, consideramos conveniente seguir esta linha proposta. Neste campo foi citada a boa experiência existente, com a Universidade de Harvard, a fim de considerá-la um insumo para o desenho desta atividade sugerida.

Por outro lado, tivemos a ativa participação do Subsecretário Rivera, que referiu-se, de forma particular, a um acordo recentemente ampliado no âmbito da UNCTAD, que pode ser aproveitado para realizar cursos e seminários para capacitação de funcionários governamentais.

Nesse sentido, a Secretaria-Geral se comprometeu, no Grupo de Trabalho, a apresentar em breve sugestões de temas que poderão ser abordados no âmbito desta cooperação com a UNCTAD.

Igualmente, a Secretaria-Geral propôs, nós o consideramos e trazemos ao Comitê, realizar um foro de reflexão sobre a perspectiva do processo de integração conforme a visão de atores da sociedade civil e agentes econômicos, para o que a Secretaria proporá também termos de referência que traremos à mesa. Não obstante, consideramos que esta atividade deverá ser finamente coordenada com outras de similares características previstas para não duplicar eventos e maximizar os escassos recursos existentes.

À margem dessas atividades que mencionei, considero muito importante destacar que todas as Representações deram ênfase à urgente necessidade de definir uma política de cooperação institucional para a ALADI.

Na ausência desse instrumento, foi muito difícil fazer a priorização de tarefas que hoje trago à mesa para sua consideração. Por isso, essa atividade faz parte das atividades prioritárias, para o resto do presente ano.

No debate realizado nesse sentido aparecem alguns aspectos e delineamentos que consideramos importantes para serem levados em conta pelo Grupo para o desenho da política de cooperação e, nesse sentido, quero referir-me à necessidade de iniciar o trabalho a partir do mais básico, isto é, dos aspectos puramente conceituais da cooperação, necessitamos ter um âmbito conceitual apropriado, ajustado às realidades e necessidades da Associação.

Esses aspectos conceituais devem considerar aspectos de procedimento e metodológicos quanto à execução e implementação da política de cooperação.

Consideramos que devem ser tomadas como norma principal, como referência principal as Resoluções aprovadas na Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros e as priorizações da primeira Reunião de Altos Funcionários realizada em 4 e 5 de maio.

Necessitamos, ao mesmo tempo, fazer uma reflexão muito profunda sobre as necessidades de cooperação e articulá-las com a oferta de cooperação existente.

Um aspecto muito inovador é a necessidade de dar a essa política de cooperação uma orientação que além de demandar cooperação, ofereça cooperação. Consideramos que a Associação tem uma bagagem muito importante que pode ser atrativa e interessante para alguns países, para entidades que podem ser a contrapartida e este é um aspecto inovador que deve ser resgatado no desenho dessa política.

Também se falou da visão de que a cooperação pode solucionar problemas de curto prazo, é uma visão errada. Embora seja verdade, é um instrumento para trabalhar no curto prazo, o enfoque deve estar orientado à cooperação como instrumento no longo prazo.

Finalmente, um aspecto que deveria ser levado em conta no momento de elaborar esses delineamentos é a alta dispersão da cooperação existente e talvez os escassos resultados obtidos até agora.

Então, este é basicamente o sucinto relatório do que foi tratado nas reuniões recentemente realizadas do Grupo de Trabalho de Cooperação. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi). Devido à discussão sobre a necessidade de políticas de cooperação, a Secretaria-Geral está elaborando o que poderia ser um documento informativo que discutiremos posteriormente, que contém uma pesquisa exaustiva sobre todo o acervo normativo da ALADI referente ao tema da cooperação e que deverá ser considerado como referência para o desenho da política de cooperação, certamente nos próximos dias, prévia discussão, será distribuído a todas as Representações Permanentes. Obrigado.

PRESIDENTA. Agradeço muito ao nosso Coordenador, o Representante do Paraguai por este importante e detalhado relatório dessas reuniões do Grupo de Trabalho.

Esperemos que a próxima reunião realmente produza movimentos importantes em matéria de cooperação. Todos estamos muito conscientes da situação em que está atualmente a cooperação e deveremos fazer esforços para aproveitar os poucos recursos de forma metodológica e conceitualmente apropriada para o estado em que estamos no desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio.

Antes de ceder a palavra sobre este tema, o Secretário-Geral quer fazer um comentário.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidenta.

Sem prejuízo de compartilhar o enfoque geral apresentado e os detalhes nos que aprofundamos com respeito a como seria programada a política de cooperação. Quero fazer duas pontualizações, a primeira uma avaliação realista dos níveis de cooperação alcançados nos últimos doze meses explica uma efetiva e positiva cooperação internacional.

Isso, em primeiro lugar, está pautado pelos fatos, não é necessário aprofundarmos nisso.

Em segundo lugar, a Secretaria é plenamente consciente da conveniência e oportunidade de contar com uma política de cooperação da Associação, cuidando devidamente as competências orgânicas. Gostaria de ter a possibilidade de analisar o documento que o senhor menciona, a possibilidade de analisá-lo com rigor técnico, político correspondente, para estabelecer os limites entre as orientações e a gestão.

O primeiro dever de qualquer órgão de qualquer instituição pública é defender o princípio de competência e nesse sentido, gostaria de dizer perante este Corpo, com toda clareza que a Secretaria acompanhará este processo de aprofundamento do conceito e dos programas de cooperação, mas sem resignar as competências do Tratado de Montevideu 1980. É simplesmente o que queria dizer.

PRESIDENTA. Obrigada, Secretário-Geral.

Alguém tem algum comentário? Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, Presidenta. Em princípio para agradecer o amplo e claro relatório do Representante do Paraguai sobre o Grupo de Trabalho de Cooperação e Assistência Técnica Institucionais.

Creio que o Grupo teve importantes avanços, identificou vários temas que fazem parte do Programa de Atividades 2007. Porém, gostaria de enfatizar um ponto. Foi mencionada em sala a falta de uma política de cooperação e creio que sobre este tema muitas coisas foram ditas, a Representante da Colômbia, por exemplo, mencionou o tema metodológico, a necessidade de ter oportunamente, digamos, as linhas de cooperação ou os temas que serão solicitados perante Organismos Internacionais.

Então, minha Representação considera pertinente este tema apresentado pelo Representante do Paraguai no sentido de que foi priorizada como tema central a política de cooperação e sobre isto quero mencionar que existe já um avanço da própria Secretaria, em uma reunião do Grupo de Trabalho anteriormente, foi considerado de forma parcial o documento, mas existe um avanço e corresponderia, talvez, dar o apoio do Comitê para que este tema seja priorizado e possa ser tratado com mais substância. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador. Sim, efetivamente, se ninguém quer a palavra, creio que, devido a esta importante reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação, deveria, como sugeriu seu Coordenador, realizar-se uma reunião específica do Comitê para abordar este tema e a Secretaria-Geral deverá fornecer um documento informativo com o levantamento do acervo normativo da organização.

Parece, por exemplo, que não temos um manual para a elaboração de projetos, o que parece imprescindível nesta tarefa, pelo que pediremos este estudo à Secretaria, quando o mesmo estiver distribuído daremos o tempo correspondente para que possamos ter esta discussão quanto antes. Pedirei ao Secretário que nos informe o momento em que possa distribuir o estudo.

Não havendo comentários sobre este tema, passaria ao seguinte tema. Desculpem, tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi). Presidenta, obrigado.

Para sermos claros, a síntese feita pela senhora não impede que o Grupo de Trabalho se reúna novamente, em breve, para iniciar ou aprofundar o debate, cujos resultados possam ser insumo para este Comitê?

PRESIDENTA. Sim, porque todos os elementos que o senhor trouxe deveriam ser delineamentos para a Secretaria na elaboração do trabalho, então, deve haver uma retroalimentação pelo Grupo.

- Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações

...Passamos ao tema de Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações, e para isso, cedo a palavra ao Representante do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidenta.

Quanto ao comércio eletrônico, espero que seja um relatório breve, terá duas etapas, a primeira o que temos produzido neste ano, que é sintetizado no documento informal 773 e a visão que temos para o que resta do ano.

É muito importante destacar que já realizamos a terceira reunião presencial, que são conseqüências da derivada que geram os próprios foros virtuais.

Desta última terceira reunião origina-se toda a estrutura técnica do que podem ser os certificados de origem digitais, como disse estão no documento informal 773, onde assinala-se a descrição do sistema de certificação, os serviços que devem ser prestados, os requerimentos de *hardware*, *software*, comunicações, recursos humanos, infra-estrutura civil na que deve constar a Secretaria, certificação digital dos próprios servidores, os planos de contingência, certificação de qualidade e financiamento, e tudo isto termina em um cronograma.

Quanto a este documento, que já foi distribuído, é de muita importância que as Representações enviem, quanto antes, as opiniões ou observações que tenham, para continuar na segunda fase que é dar a certeza do projeto a todos os envolvidos no sistema piloto de certificação de origem digital. Solicito isto em virtude de que já as aduanas dos nossos países estão apresentando a sua preocupação sobre o tema porque requerem fazer ajustamentos internos para iniciar os ensaios. Obviamente isto não será iniciado com todas as aduanas, nem com todas as empresas, mas é importante contar com as reações para aceitar todo esse documento que tem um forte componente técnico informático.

Quanto a nossa visão sobre o que resta do ano, em 1º de outubro deveríamos começar a elaboração, desenvolvimento e programação do COD. Esta fase será cumprida em um processo de 60 dias e compreende desenho do esquema de dados do suporte dos registros, desenvolvimento da implementação do Diretório seguro, desenho, desenvolvimento e programação do *web service* que se invocará com cada consulta gerada nas aduanas, planejamento e desenvolvimento da infra-estrutura informática.

A partir de 1º de dezembro gostaríamos de dar início à fase de prova propriamente dita, que estimamos que será desenvolvida por um período de até 3 meses, posteriormente começará a etapa de missão controlada do COD, nesta etapa começarão a ser emitidos certificados de origem digitais, de um número reduzido de entidades habilitadas dos países participantes.

As aduanas receptoras deverão ter a adequada infra-estrutura logística e informática para validar os CODs. Esta etapa terá lugar em um período de até 9 meses. Posteriormente, começa a implementação do plano piloto ampliado, isto é, a expansão do universo de atores, as provas de contingência.

Esperamos que em dezembro de 2007 seja apresentado o relatório final de atividades. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representante do Chile. Obrigada pelo seu detalhado relatório.

Esse é um tema tecnicamente muito desenvolvido, podemos ver que em um tempo bastante próximo haverá uma fase de prova, teremos em algum momento que analisar também quais as implicações que todo este sistema a ser criado terá, implicações econômicas, de tipo administrativo. É um projeto que levará tempo para ser instalado e seria conveniente analisar todos os aspectos do tema.

Ofereço a palavra para comentários.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidenta.

Quero agradecer o relatório do Representante do Chile, e destacar a importância das conquistas deste Grupo de Trabalho. Realmente creio que este é um dos temas que podem contribuir, no prazo mais imediato, para o progresso e a facilitação de aspectos importantes para a consolidação da integração e para a facilitação do comércio entre os países-membros.

Finalmente, queria agradecer à Secretaria-Geral porque creio que foi distribuído um relatório feito pelo Uruguai com relação aos certificados de origem digital e à sua implementação e uma discussão do papel que poderia corresponder à ALADI e as possibilidades no desenvolvimento da implementação deste sistema de certificados de origem digital.

Foi um esforço grande do Uruguai a fim de contribuir para o desenvolvimento e a melhor discussão no Grupo de Trabalho e creio que foi distribuído pela Secretaria a todas as Delegações. Nada mais, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador.

- Normas e Disciplinas

...Não havendo outros comentários sobre este tema, passaríamos a Normas e Disciplinas, para o que cedo a palavra também ao Representante do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidenta. Em cumprimento do mandato dado neste Comitê de Representantes, começamos a desenvolver nos temas de salvaguardas, solução de controvérsias, medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas, o desenvolvimento dos Foros Virtuais, que é uma metodologia de trabalho implementada essencialmente pela necessidade de economizar.

Os Foros Virtuais já estão em sua quarta semana, na quinta alguns e isso era bastante previsível, teriam comportamentos díspares e o balanço que fazemos a partir do fim de semana passado é que naquele momento no Foro de Origem tinha-se atingido 70% de sua agenda. Em Salvaguardas e Solução de Controvérsias tinha-se atingido 60% da agenda e em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias não superou 25%.

Conforme os dados dos primeiros três poderiam ter um corte na primeira ou segunda semana de outubro, em termos de que atingiu um grau de madureza o tema.

Segundo os dados reportados pelos Coordenadores de cada foro, temos um total de 260 participantes. Esse não é um dado menor, temos 260 colegas, técnicos na América Latina envolvidos neste processo, o qual tem gerado uma dinâmica de participação que nem sempre é fácil de alcançar. Alguns participam mais ativamente, outros simplesmente estão visualizando a discussão e isso dá um papel de 50 a 60 participantes absolutamente ativos.

Estou convencido de que o papel dos coordenadores é fundamental para o bom desempenho dos foros, porque têm que conduzi-los pela senda proposta, mas também promovê-los, estar permanentemente trabalhando e descobrimos que começam a aparecer ricas idéias que, em algum momento, teremos que colocá-las em documentos finais de cada um desses foros para que o Comitê tome a decisão, se o considerar certo, de convocar reuniões presenciais que, em geral, procuraremos que sejam de um ou de dois dias.

Apesar de que houve alguns problemas de comunicação com alguns países, a situação tem sido excepcional, sempre que houve algum problema de comunicação as Representações foram informadas e procuramos, com o apoio da Secretaria, dar uma fácil e pronta solução.

Os volumes de intervenção nos Foros variam, alguns especialistas têm tido uma significativa regularidade, o que dá sustento ao debate.

Não obstante a não participação, isso não significa um sinal negativo, sei que há casos, pelo menos de um par de países, no Foro de Origem que começaram a participar no final da terceira semana, mas com um conteúdo de propostas altamente satisfatório; aqui a quantidade não significa qualidade, talvez um país tenha apenas uma participação e seja de altíssima qualidade, com isso consideramos que é uma contribuição à matéria em questão.

Não apenas o volume de participações é importantes de destacar, temos participações que nos darão surpresas quando comecemos a elaborar nossos documentos.

Por exemplo, no Foro de Solução de Controvérsias e de Origem houve participações que incorporam ao debate elementos de grande pertinência que nunca estiveram previstos na nossa proposta inicial.

A incorporação de documentos ao debate dá dinamismo, os próprios foristas sugerem coisas em matéria de documentação útil. Na maioria das vezes, a pedido de algum participante ou de uma Representação Permanente, foram incorporados a esses documentos mecanismos de consulta ou de referência.

O maior problema encontrado pelos moderadores dos Foros consiste em promover a participação, porém, considera-se que as participações têm abrangido amplo âmbito da agenda.

É importante tomar uma decisão sobre o caminho a seguir com todos os foros que embora estejam no nível de êxito em Origem e Solução de Controvérsias, no tema de Salvaguardas tem havido bastante participação e seria interessante avançar por caminhos que permitam consolidar estes avanços.

No Foro de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, alguns especialistas nos propuseram mudar a metodologia. Segundo alguns especialistas, a nova forma deveria sustentar-se em um modelo pragmático que agregue aos princípios do acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC mecanismos que permitam aumentar a confiança entre as autoridades competentes. Este é um fato substantivo que não tinha estado na discussão.

Outras propostas recomendam a aplicação do Acordo MSF, OTC para os doze países da ALADI, que é o que está negociado no âmbito da OMC, alguns especialistas propuseram um esquema de Comitê de Autoridades a partir do qual sejam desenvolvidos os esforços de harmonização.

A pesar de que o Foro de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias não teve muito dinamismo, desde os começos parece visar o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho própria, não obstante, até agora não foi negada a opção do Foro Virtual porque em algum momento sugerimos fechá-lo e eles mesmos se negaram.

Isto demonstra que é possível avançar na convergência, estamos colocando os primeiros tijolos dessa convergência. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada Representante do Chile por este excelente relatório. Creio que todos percebemos em que estado estão 4 os temas em que está trabalhando o Grupo de Trabalho.

Não entendi claramente, quando nos informou o nosso Coordenador em que momento poderíamos passar em algum dos temas à Convocação de Especialistas, talvez estava distraída quando se veriam os temas que ainda estão por ver, o temas das Aduanas e Normas Técnicas, obrigada. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado Presidenta, estimamos que em 15 dias estaremos em condições de elaborar os primeiros documentos e então veremos o que temos. Com esses documentos revisados por todos nós teremos a oportunidade de tomarmos a decisão de convocar reuniões presenciais.

Creio que temos a possibilidade de fazê-lo no final de outubro, tomar uma decisão, sobre as datas e procurar uma semana de novembro para estas reuniões presenciais que levarão mais de dois dias, mas queremos ver a substância antes de tomar uma decisão, mas considero possível fazê-lo neste ano e estimo que em 15 dias estaremos não fechando os foros porque segundo a experiência deixando-os abertos sempre há uma oportunidade, mas suspendendo-os em termos de que elaboraremos um documento, que também novamente podemos colocar no foro para que sirva de base de discussão, nesse processo de realimentação e vimos isso com certificação digital.

O documento que temos, o Doc. Inf. 773, é de muito valor não apenas material, mas de valor intelectual para a nossa região, não porque foi um subproduto da discussão, no final

foram os próprios atores reais nas reuniões presenciais que deixaram delineamentos para que a Secretaria com seus técnicos se dedicasse a esse trabalho tão importante que já está em condições de ser quantificado materialmente, já temos uma idéia preliminar dos custos disto. Obviamente, em algum momento quando haja certeza de uma cifra mais apurada poderá ser distribuído às Representações. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada novamente ao Representante do Chile pelos seus esclarecimentos. Ofereço a palavra, se alguma Representação tiver algum comentário.

Então passaríamos ao tema de forças produtivas que pediu a Representação da Argentina que tratássemos nesta ocasião. Tem a palavra o Embaixador Olima.

- Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Forças Produtivas

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado Presidenta. Em primeiro lugar, agradeço ao Comitê a possibilidade de incorporar este tema, já é tarde, mas quero explicar por que, isto é, está claro que os Grupos de Trabalho são uma ferramenta do Comitê para facilitar ou apressar as tarefas, para dividir as tarefas de modo que possamos avançar.

Ontem tivemos uma reunião do Grupo de Trabalho de Forças Produtivas onde foram tratados vários temas e não pudemos chegar a decisões e a idéia que tínhamos era convocar uma nova reunião do Grupo de Trabalho de Forças Produtivas para o princípio desta semana. À luz de como está a agenda para a semana próxima, Presidenta, incluindo esta reunião com os especialistas de 5 e 6 de outubro trouxe ao Comitê, por razões de urgência, alguns temas vinculados essencialmente com a Convocação do Conselho Assessor Trabalhista e a agenda do Conselho Assessor Empresarial.

Permita-me explicar brevemente o tema. Em 3 de agosto do presente ano foi aprovado o Acordo 255, com o qual estabelecemos a data para a reunião do Conselho Assessor Empresarial. Nesse momento não estava terminada a discussão sobre o tema da agenda e estava sendo realizado um foro, uma comunicação com as micro, pequenas e médias empresas pelo que dissemos que esperaríamos para fixar a agenda até que isto tivesse evoluído, mas tinha ficado firme a data de 13 e 14 de novembro para a reunião do Conselho Assessor Empresarial. Os temas da agenda propostos foram distribuídos pela Secretaria em 13 de setembro.

Também em 13 de setembro foi distribuído um projeto de Convocação e agenda para a Segunda Reunião do Conselho Assessor Trabalhista. Esta segunda reunião estava prevista no programa de atividades que prevê a realização de uma reunião do CAT durante o ano e no segundo semestre e no meu relatório de 14 de julho passado anunciei a intenção das autoridades do CAT de realizar uma reunião durante o presente semestre, este tema foi tratado inclusive pela Presidenta do CAT quando estive neste Comitê há pouco tempo.

Esta reunião, esta Segunda Reunião do Conselho Assessor Trabalhista foi prevista para 14 e 15 de novembro, esta data foi concordada com a Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista porque estabelecemos a conveniência de que à margem de que haja debates ou trabalhos por separado seria bom que houvesse algum tipo de contato inicial entre o Conselho Assessor Trabalhista e o Conselho Assessor Empresarial.

Especialmente pensando que é a primeira reunião do Conselho Assessor Empresarial, que é do capítulo de PMEs e micro empresas que nas realidades dos nossos países são as empresas que geram mais empregos.

Isto é, as datas foram devidamente aprovadas por consenso e harmonizadas em função de que a ALADI tenha os melhores resultados possíveis.

Porém, ontem no Grupo não foi possível terminar de aprovar a data desta Segunda Reunião do Conselho Assessor Trabalhista e apresento isto no Comitê porque pela situação, se não aprovarmos isto hoje não contribuiremos para a eficácia desta convocação nem para a eficácia do diálogo entre as forças produtivas dos Setores Trabalhistas e Empresariais.

Em função das posições escutei, ontem pensei que em geral há consenso para isto. Faltariam apenas algumas confirmações que alguns países não receberam de seus respectivos setores trabalhistas, mas pediria a este Comitê o esforço para aprovar essas convocações, porque hoje é 28 de setembro.

A semana próxima, primeiros dias de outubro, não haverá tempo material para o tratamento desses temas, concretamente digo que o Comitê assuma a responsabilidade de dizer se queremos ou não queremos estas reuniões. Se as quisermos, teremos que aprová-las hoje, se não as quisermos não as aprovaremos hoje e sabemos que no segundo semestre já não se podem realizar. Obrigado Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador. O relatório que o senhor apresentou é exaustivo, com muitos temas, documentos e convocações. Há coisas nas que não tive a oportunidade de aprofundar, mas o senhor referiu-se à intenção de que entrem em contato o Conselho Assessor Trabalhista e o Conselho Assessor Empresarial.

Eu perguntaria a temática, quando vejo que avançam esses dois Conselhos me pergunto, ao ser estes Conselhos auxiliares que colaborariam com o Comitê em um momento determinado quando está desenvolvendo seu processo, quais esses temas que discutirão entre eles? Tenho algumas dúvidas sobre as agendas. O senhor poderia ampliar o tema, Embaixador. Obrigada.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). A agenda também foi distribuída em 13 de setembro. Hoje foi distribuída uma agenda relacionada com o Conselho Assessor Empresarial para que tenham mais definição os alcances, pelo que dou por conhecidos todos os temas contidos na agenda. Somente não está na agenda o encontro entre um setor e o outro, o único que não está, mas francamente considero que não é responsabilidade do Comitê fixar as agendas do tratamento do Conselho Assessor Trabalhista, tampouco é responsabilidade do Comitê fixar a agenda do Conselho Empresarial e ainda menos fixar a agenda dos contatos entre uns e outros. Aqui estamos dando a capacidade aos setores das forças produtivas para que manifestem o que querem, não estamos em um sistema rigoroso no qual estabelecemos o que os trabalhadores ou os empresários devem dizer.

Simplesmente damos à sociedade a possibilidade de que as forças produtivas se manifestassem, dar a possibilidade de que as forças trabalhistas se manifestem, para tentar ordenar minimamente as reuniões fixamos orientações sobre uma agenda. Nós não temos que elaborar essa agenda, se não se transforma em um Conselho Assessor. Se quisermos que os empresários e os trabalhistas digam o mesmo que nós dizemos então para isso não os convocamos, têm a liberdade de dizer o que o que crêem e creio também que com a

apresentação da Presidenta do Comitê, que pelos comentários de muitos colegas ao concluir esta sessão foi de muito interesse e bastante surpreendente, creio que é hora de deixarmos que os setores produtivos se manifestem com liberdade e nos digam as preocupações que têm, os temas que querem que tratemos e de que forma encará-lo.

Não é um tema no qual tenhamos que limitar a capacidade desta gente, na oportunidade de fixar a primeira reunião do Conselho Assessor Trabalhista tivemos esse debate aqui no Comitê onde várias Representações manifestaram que não era a função do Comitê fixar a agenda de discussões do Conselho Assessor Trabalhista, o mesmo vale para o Conselho do setor empresarial, por todas essas razões Presidenta. Gostaria de escutar as opiniões das Representações sobre se estamos em condições de aprovar a Convocação do Segundo Conselho Assessor Trabalhista e aprovar a agenda geral do Conselho Assessor Empresarial cuja data de reunião já foi fixada para 13 e 14 de novembro. Obrigada Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada Embaixador por suas precisões, como vê a Presidência não indicaremos a agenda aos Conselhos Trabalhista e Empresarial, creio que não poderíamos fazer isso.

Por outro lado, os Conselhos são órgãos de consulta, auxiliares para este Comitê, tampouco eles vão estabelecer a nossa agenda. Nós pediremos uma consulta aos órgãos auxiliares, não são entes autônomos ou ainda não fizemos desses órgãos auxiliares entes que por si mesmos funcionem.

Por exemplo, na OIT está perfeitamente determinado como participam os Governos, o setor trabalhista e o setor empresarial, mas nesta Organização parece que é o contrário, o Comitê tem que solicitar ao Conselho Assessor Empresarial ou Trabalhista que resolva em alguns dos problemas que tenha o Comitê no desenvolvimento de seu Espaço de Livre Comércio.

Cedo a palavra ao Embaixador do Peru e depois ao Embaixador da Argentina.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Muito obrigado Presidenta. Há 12 minutos estou pedindo a palavra. Levando em consideração o que apresentou o Representante da República Argentina e a importância que isto tem *vis a vis*, o que é a imagem da ALADI na sociedade civil, gostaria de assinalar, depois de agradecer a clareza dos conceitos apresentados, que o Peru está totalmente de acordo com a imediata convocação para estas duas reuniões que consideramos transcendentais.

Pensamos também que se isto não for feito hoje, simplesmente, além de dar o sinal de que podemos levar adiante o tema, vale dizer, para as agendas gregas, creio que a circunstância atual permite, -não há nada novo em tudo isto, não há absolutamente nada novo- tomar uma decisão sobre o tema. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador pela sua participação. Tem a palavra o Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Queria simplesmente assinalar que na Resolução 60 (XIII) em sua letra e) consta que estabelece como missão que procuremos “uma maior participação e compromisso dos setores empresarial, trabalhista e de outros setores da sociedade no processo de integração” e agrega; “Em particular, propiciará a reativação e articulação conjunta do Conselho Assessor Empresarial e do Conselho Assessor Trabalhista da ALADI”.

Menciono isto, Presidenta, porque é a primeira oportunidade de que haja um contato entre os setores trabalhistas e empresariais e seria muito triste perder esta ocasião. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Leonardo Carrión Eguiguren). Obrigado, Presidenta.

Apenas quero ratificar a posição do Equador desde o início do tema dos dois Conselhos Assessores. Considero de fundamental importância que sejam convocados, temos que relacioná-los, não podemos continuar trabalhando paralelamente em ambos. No campo produtivo dos nossos países, tanto os trabalhadores como os empresários são fundamentais e incorporá-los no nosso trabalho é definitivo, com o que quero apoiar a convocação, mas ao mesmo tempo estou de acordo com o manifestado, parcialmente, pela Presidenta.

O Conselho consultivo tem dois propósitos, um é resolver consultas e pedidos de opinião, é parte do trabalho deles, o outro é que gerem também suas preocupações e colocá-las na nossa agenda para que as consideremos, tem as duas funções e é fundamental trabalhar conjuntamente em ambas e poder avançar em um processo de integração real no continente.

Creio que a convocação de ambos os Conselhos é muito importante e devemos tentar fazer com que estas reuniões tenham o maior benefício para nós, tanto dando-lhes liberdade para que possam apresentar as suas posições, como resolver que eles dêem sua opinião sobre temas que o Comitê quiser apresentar. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador. Creio que aqui ninguém está contra que as forças produtivas participem ativamente do processo de integração, creio que isso não é o ponto. O ponto é a oportunidade de que momento vem, vamos pedir ao Conselho Assessor Trabalhista e ao Conselho Assessor Empresarial que nos ajudem na nossa tarefa, se a mesma não avançar, em que estamos pedindo exatamente, digamos, em qualquer um dos temas fundamentais que há aqui.

Isto é, não temos nem sequer o esqueleto, então, estamos elaborando um trabalho que parece muito ativo e que se politicamente for possível ver uma grande atividade, mas já no terreno técnico, no desenvolvimento do nosso espaço, não vemos um avanço.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado, Presidenta. Somente para apoiar a proposta de convocar os Conselhos nas datas em que os projetos foram emitidos e distribuídos a todas as Representações. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada. Quero simplesmente apoiar a proposta da Representação da Argentina. A Representação da Colômbia considera pertinente a convocação desses dois Conselhos e cremos que é a oportunidade de impulsioná-los para que realmente tenham a vida participativa que estamos buscando, pelo que consideramos a data de 13 a 15 de novembro próximo apropriada para os Conselhos. Muito obrigada.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixadora. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigada, Presidenta.

Creio que quando estabelecemos a tarefa de impulsionarmos este Grupo de Trabalho e de fazer realidade algo que estava nos nossos estatutos, nossa estrutura, que era do Conselho Trabalhista e do Empresarial e a ausência que tiveram na vida da Associação, em seu caráter, tal como está explícito na estrutura, pois, com suas funções, creio que um dos objetivos era chegar a este momento, no caso do Conselho Empresarial e do Conselho Trabalhista.

Por esse motivo e reconhecendo o esforço do Grupo de Trabalho e a proposta que hoje apresenta, parece adequado e daríamos o consenso e o apoio a que essas reuniões sejam realizadas em breve dentro do prazo restante, pois ainda há três meses do ano, na prática são dois meses e meio, com uma Cúpula Ibero-Americana, etc, ou seja, que creio que a data é adequada, no âmbito dos múltiplos compromissos que temos.

Portanto, damos o apoio a essa proposta do Grupo de Trabalho de Forças Produtivas. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixadora. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Presidenta.

Também manifestamos no Grupo correspondente nosso apoio à convocação desses dois Conselhos para novembro, pensamos que se não o fizermos agora isso significará pospô-lo até março do ano próximo e que seria útil ter as sugestões ou propostas dos Conselhos com relação à conformação do Espaço de Livre Comércio.

Estava olhando a Resolução que criou o Conselho Empresarial, que não se reúne há muitos anos. Estamos dedicados a que tanto a representação empresarial como a trabalhista tenham uma participação efetiva nos trabalhos da nossa Organização. Estava olhando as competências do Conselho Empresarial e consta: "Propor ações orientadas à promoção e regulação do comércio recíproco, a complementação econômica e o desenvolvimento da cooperação tecnológica e daquelas outras medidas que contribuam para a ampliação e aprofundamento do processo de integração regional". Isso é uma competência que pedimos ao Conselho que tome a iniciativa.

Consta, ainda,: "recomendar ao Comitê de Representantes a realização de estudos e trabalhos técnicos pela Secretaria-Geral em coordenação com as câmaras ou associações empresariais nacionais e outras reuniões especializadas, que se considere oportuno convocar". Consta, ainda,: "difundir nas organizações empresariais nacionais... de cada um dos países-membros tudo o relacionado com o processo de integração com relação à participação do setor privado".

Por tudo isso, Presidenta, consideramos que seria bastante oportuno escutar as entidades que representam os empresários, bem como as que representam os trabalhadores, neste momento dos estudos que estamos elaborando e, portanto, apoiamos a idéia de que sejam convocados para novembro esses dois Conselhos. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Embaixador. Todos aprovamos o que o senhor acaba de ler, algumas vezes devemos levar em consideração que os setores trabalhistas e empresariais dos países não são todos do mesmo tamanho nem é tão fácil recolher sua opinião ou de identificar os interlocutores que irão para cada um dos Conselhos e creio que disso decorre que os tempos não dêem para alguns países.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidenta.

Agradeço o relatório do Embaixador da Argentina, Coordenador do Grupo de Forças Produtivas e para acompanhar a convocação de ambas as reuniões para as datas em que estão previstas. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidenta.

Nossa Representação no Grupo de Trabalho informou que ainda não temos a confirmação das datas para esta convocação do CAT, porém, nossa Representação nunca teve nenhuma objeção à convocação, nem é sua intenção obstaculizar sua realização. Não o faremos, ainda menos se houver uma maioria de países que estão confirmando a participação de seus Delegados, embora não seja o nosso caso.

Em todo caso, obviamente que aderiremos ao consenso, não obstaculizaremos isto, mas gostaríamos de chamar a atenção sobre dois aspectos: um que teria que aparecer nas agendas de ambas as convocações que haverá uma reunião conjunta, para que os Delegados de um ou de outro Conselho saibam que terão uma reunião conjunta, porque até agora sabemos nós no Comitê, mas não fica refletido na documentação.

O Conselho Assessor Empresarial não se reunirá completo, o CASE se reunirá para as PMEs, então, também devemos levar em conta que talvez o ideal seria realizar uma reunião plenária do Conselho Assessor Empresarial com o Conselho Assessor Trabalhista. Muito obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação do México. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi). Obrigado, Presidenta.

A Representação do Paraguai ainda não recebeu a aprovação da Capital sobre a realização nas datas indicadas. Porém, esse é um acordo preliminar que alcançamos neste nível e, portanto, queremos comprometer-nos a que seja assim, a que as reuniões sejam realizadas nas datas previamente acordadas pelo Comitê.

Embora seja verdade que quanto ao calendário de reuniões da ALADI, reunião de Altos Funcionários, reunião de Especialistas, em algum momento se falou de uma reunião superior preparatória para o Conselho de Ministros a realizar-se no ano próximo e parece que todas essas distâncias devem ou deveriam pelo menos ter as reflexões desses Conselhos, como insumo para basicamente marcar a linha ou o rumo nas prioridades que possam indicar, refiro-me à dos Altos Funcionários e tudo o demais.

Portanto, levando em conta esta perspectiva, cremos que devemos fazer um esforço para que a reunião seja realizada em 14 e 15 de novembro, como previamente acordado e estamos de acordo com isso. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Representação do Paraguai. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, Presidenta. Simplesmente para apoiar a proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho para que a convocação feita pelo Conselho Assessor Trabalhista seja em 14 e 15 de novembro. Além disto, consideramos importante que tenha coincidido com a convocação do CASE para ter a oportunidade de interagir.

Nesse sentido, creio que deveríamos aceitar a sugestão da Representação do México de que conste nas agendas essa possibilidade, a reunião que devam realizar entre ambos os Conselhos. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador da Bolívia. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Hernán Enrique Núñez Montenegro). Obrigado, Presidenta. Simplesmente para manifestar o apoio da Representação do Chile à proposta da Argentina para realizar ambas as reuniões nas datas propostas. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidência. Simplesmente um par de comentários.

Primeiro, agradecer a todos os colegas a aprovação dessas datas. Segundo, esclarecer que em nenhum momento assinei que houvesse oposição de alguma Representação à realização do Conselho. O que disse foi que se não aprovávamos nesses tempos praticamente impediríamos a realização. Obrigado.

Finalmente, com relação ao tema da reunião conjunta, a Secretaria já tem instruções para colocar, não na agenda, mas no programa as reuniões, e também antecipar que quanto à agenda e ao programa, a coordenação de datas, etc, tivemos uma reunião da Subsecretaria com o pessoal da Secretaria, a Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista e estabelecemos este mecanismo de trabalho de encontro.

O Conselho Assessor Trabalhista manifestou que tinha a vontade de trabalhar, inicialmente em solitário, para tirar suas conclusões para que não houvesse confusões nos papéis e depois ter esta reunião com os setores empresariais. De toda forma, recolhemos com todo o afeto a proposta do México e tentaremos antecipar aos respectivos Representantes que venham para parte do Conselho Assessor Empresarial que obviamente haverá um contato com o setor trabalhista.

Agradeço muito ao Comitê ter aprovado estas duas Resoluções. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada. Então, temos que o Comitê aprovou o Acordo 258 para a reunião do Conselho Assessor Empresarial e o Acordo 259 para a reunião do Conselho Assessor Trabalhista.

“ACORDO 258

AGENDA DA REUNIÃO DO CONSELHO
ASSESSOR EMPRESARIAL

O COMITÉ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA As Resoluções 59 (XIII), 60 (XIII) e 61 (XIII) do Conselho de Ministros; as Resoluções 97, 295 e 306 e o Acordo 255 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO Que o Comitê de Representantes, conforme o Acordo 255, de 3 de agosto de 2006, convocou o Conselho Assessor Empresarial, no âmbito de uma série de reuniões que possibilitem a participação dos atores das diferentes categorias empresariais e demais forças produtivas dos países-membros;

Que o Grupo de Trabalho sobre a Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração considerou os pontos que poderiam constituir a agenda da mesma; e

Que a Resolução 306 do Comitê de Representantes incluiu, no Orçamento por Programas da Associação para o ano 2006, a realização da Reunião do Conselho Assessor Empresarial,

ACORDA:

Artigo Único.- Aprovar a seguinte agenda:

1. Resenha do estado de situação do processo de integração na ALADI e os mandatos referentes ao fomento produtivo, promoção e financiamento do comércio e da participação do setor empresarial.
2. Ações em favor das MPMEs para impulsionar sua participação no processo de integração sobre:
 - Fomento e desenvolvimento produtivo
 - Promoção comercial e de investimentos
 - Financiamento do comércio
3. Capacitação em gestão empresarial e de comércio exterior.
4. Propostas das MPMEs para sua maior participação no processo de integração regional.
5. Assuntos diversos.”

“ACORDO 259

CONVOCATÓRIA E AGENDA DA SEGUNDA REUNIÃO
DO CONSELHO ASSESSOR TRABALHISTA

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA As Resoluções 59 (XIII), 60 (XIII) e 61 (XIII) do Conselho de Ministros; as Resoluções 171, 295 e 306 e os Acordos 156, 251 e 252 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO Que em 7 de dezembro de 2005 realizou-se a Primeira Reunião do Conselho Assessor Trabalhista da ALADI (ALADI/CAL/I/ Relatório);

Que nessa oportunidade, o Conselho Assessor Trabalhista emitiu uma série de recomendações;

Que o Grupo de Trabalho do Comitê de Representantes sobre a Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração recomendou a convocação de uma nova reunião do Conselho Assessor Trabalhista e considerou os temas que poderiam constituir a agenda da mesma; e

Que a Resolução 306 do Comitê de Representantes incluiu, no Orçamento por Programas da Associação para o ano 2006, a realização de uma Reunião do Conselho Assessor Trabalhista,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar a Segunda Reunião do Conselho Assessor Trabalhista para os dias 14 e 15 de novembro de 2006.

SEGUNDO.- Aprovar a seguinte agenda:

1. Relatório da Secretaria-Geral sobre a situação do processo de integração no âmbito dos mandatos da XIII Reunião do Conselho de Ministros da ALADI.
2. Relatório do Conselho Assessor Trabalhista sobre o estado de situação das ações do setor trabalhista nos âmbitos sub-regional e regional.
3. Recomendações do Conselho Assessor Trabalhista sobre o andamento do processo de integração nos aspectos relacionados com o setor trabalhista.
4. Proposta de Programa de Capacitação para o setor trabalhista sobre aspectos referentes ao processo de integração.
5. Programa de atividades do Conselho Assessor Trabalhista para o ano 2007.

6. Assuntos diversos.”

6. Assuntos diversos

...Se ninguém quiser a palavra, passaria a Assuntos diversos.

Ofereço a palavra.

Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Brevemente, Presidenta, para informar o Corpo sobre a visita de Benita Ferrero Walner, Comissária das Relações Exteriores e Política Européia da Vizinhança, que estará no Uruguai em ocasião da Cúpula Ibero-Americana e que é propósito da Secretaria que venha à sede de ALADI e ter uma reunião com o Comitê. Simplesmente informar isso.

PRESIDENTA. Obrigada, Secretário-Geral. Quando seria essa reunião ?

SECRETÁRIO-GERAL. Não temos ainda a confirmação.

PRESIDENTA. Então, a comunicará depois. Obrigada.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta.

Para Assuntos diversos, pediria à Presidência que incluísse para a próxima reunião a análise do cronograma de reuniões importantes para o final de 2006, princípio de 2007 e insisto, Presidenta, no seguinte: sei que se não se fixa com muita antecipação a agenda dos nossos Chanceleres, tem muitas coisas já agendadas para 2007, coisas que são habituais, em setembro todos vão às Nações Unidas, em dezembro e em junho ou julho estão as Cúpulas do MERCOSUL, há reuniões da Comunidade Andina, etc.

Portanto, minha preocupação -não é a primeira vez que manifesto, Presidenta- é que se não fixarmos com muita antecipação e encerramos, de alguma maneira uma data provisória da agenda dos Chanceleres, quando queiramos realizar a reunião do Conselho de Ministros encontraremos que a maioria dos Chanceleres não tem disponibilidade de tempo, então, por quarta vez, Presidenta, insisto na necessidade de incluir este tema na agenda. Peço que tomem nota. Obrigado.

PRESIDENTA. Toma-se nota, Embaixador. Há algum outro tema para Assuntos diversos?

Encerramos esta sessão.